

Oposição acha ajuste injusto e autoritário

SONIA JOIA

Politicamente autoritário, socialmente injusto e economicamente precário. Esta é, em síntese, a avaliação do pacote de ajuste fiscal feita pelos economistas Maria da Conceição Tavares e Aluizio Mercadante, do Partido dos Trabalhadores (PT), em reunião do Fórum Estadual da Oposição (PT, PDT, PSB e PC do B) na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro.

Ele é autoritário porque feito com base em medidas provisórias e decretos-leis; injusto, porque atinge principalmente os assalariados e idosos; e precário, porque não avança na solução do problema econômico central do país: a valorização do real frente ao dólar.

“É de uma irresponsabilidade, para não dizer de uma canalhice sem precedentes tirar dinheiro de velinhos e mendigos para ganhar uma migalha e ainda premiar os especuladores, que foram os únicos a manter as isenções fiscais para que entrassem e saíssem com dinheiro do país à vontade”, afirmou Conceição.

As perdas dos assalariados servirão apenas para que sobrem recursos para pagar o aumento da dívida pública derivado da elevação das taxas de juros. Segundo Mercadante, esta dívida, hoje em torno de R\$ 200 bilhões, será elevada em R\$ 28 bilhões em um ano – isto supondo uma queda gradual dos juros –, até atingir em 12 meses o patamar anterior à crise.

“O que o governo quer é embutir a conta de juros no orçamento, já que sabe que o efeito em termos de cobrança de tributos será pequeno: com a recessão, cai a arrecadação”, afirmou Mercadante. Ele prevê dias difíceis para os brasileiros nesta virada de ano: “Papai Noel vai estar de saco vazio, barba feita e batendo na porta para pedir emprego. Assim será o Natal”.

Haverá uma melhoria nas contas externas

(onde entram importações, exportações, remessas de lucros, dividendos, pagamentos da dívida externa, etc). Este ano, a diferença entre os dólares que entram e os que saem é estimada em US\$ 35 bilhões e este número pode se reduzir em 1998. Mas a redução, não estimada pelos economistas, será mero fruto da recessão.

Câmbio – Quando a economia se desacelera, as importações caem e os produtores fazem de tudo para exportar. “O aumento das exportações não ocorrerá pela reestruturação produtiva, mas pela recessão”, criticou. Isto significa que o problema de baixa competitividade da produção brasileira continuará a existir. Bastará que a economia retome o ritmo de crescimento para que as remessas de dólares para o exterior voltem a crescer.

“É um arrocho feito para coisa nenhuma porque nada tem a ver com o câmbio, que é o problema central. É claro que ninguém está falando para eles mexerem no câmbio agora, no meio de uma crise, pois seria muito pior. Mas eles já tiveram várias chances de acelerar as desvalorizações

do real e não o fizeram. Por isso estamos sujeitos a ataques especulativos”, afirmou Conceição.

Entre as medidas adotadas, só foram elogiadas as que restringem importações: a elevação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de alguns importados e o combate ao subfaturamento nas compras externas. “A questão é: por que não fizeram isso antes?”, questionou a economista.

As propostas das oposições para a reestruturação da economia são: 1) restrições às importações; 2) aceleração na desvalorização cambial; 3) elevação dos impostos para grandes fortunas, heranças e capital especulativo; 4) maior proteção para os desempregados; e 5) mudança na atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

“Com a fragilidade da indústria brasileira, não é possível que o BNDES continue a financiar as privatizações. Não faz sentido, por exemplo, emprestar US\$ 1 bilhão para a venda de empresa rentável como a CPFL em São Paulo. O papel do banco é financiar novos investimentos, que aumentem a capacidade produtiva do país”, afirmou Mercadante.